



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 194539-1

077

ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Paulista - 2ª Vara Criminal
APELANTE: Hunterlee dos Santos Andrade de Moura
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA: Desª. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

5534
PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. AMEAÇA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. TRANSAÇÃO PENAL E SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. NULIDADE DA SENTENÇA POR TER CONFERIDO DEFINIÇÃO DIVERSA DA DENÚNCIA. INCOMPETÊNCIA PELA NATUREZA DA INFRAÇÃO. INOCORRÊNCIA. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

I – Embora não tenha havido, na denúncia, especificação do local onde ocorreu o fato criminoso, mas apenas a data, a doutrina entende que a competência *ratione loci* é de caráter relativo, admitindo, portanto, ser prorrogada se não houver arguição em momento oportuno que, no Código de Processo Penal, encontra-se disciplinado no art. 95, inciso II, c/c o art. 108.

II - Inicial acusatória que não ostenta qualquer dos motivos ensejadores de rejeição, compete ao julgador recebê-la.

III – Tratando-se de violência doméstica está afastada a Lei 9.099/95 e, conseqüentemente, o direito ao benefício da transação penal ou da suspensão condicional do processo por parte do agressor, conforme dispõe expressamente o art. 41 da Lei 11.340/06.

IV – Ao aplicar a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), a magistrada da 2ª Vara Criminal da Comarca do Paulista não modificou qualquer fato na peça acusatória, tendo, apenas, atribuído definição jurídica em conformidade com os fatos narrados na denúncia.

V – É desnecessária a incidência da Lei nº 11.340/06, a coabitação entre agressor e vítima.

A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

078

VI – Não merece reforma, e conseqüente absolvição do réu, sentença que o condenou em harmonia com as provas carreadas aos autos.

VII – Preliminares rejeitadas. Decisão unânime.


VIII – Apelação improvida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 194539-1**, no qual figuram como partes as retronominadas; **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em rejeitar as preliminares e, no mérito, em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 09 de Fevereiro de 2010.


Presidente


Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

079

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 194539-1

ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal

COMARCA: Paulista – 2ª Vara Criminal

APELANTE: Hunterlee dos Santos Andrade de Moura

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA: Desª. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

Hunterlee dos Santos Andrade de Moura foi denunciado (fls. 02/03) como incurso nas sanções do art. 147¹, do Código Penal.

Narra a acusatória que *na manhã do dia 18/01/2008, o acusado proferiu verbalmente ameaças de morte contra a sua ex-namorada Júlia Adrielle Barboza da Fonseca.*

Consta, ainda, que o denunciado e a ofendida namoraram por aproximadamente 03 (três) anos, porém, a vítima resolveu encerrar o relacionamento, salientando-se que a mesma já havia sido agredida fisicamente através de puxões de cabelo no mês de julho/2007.

Irresignado com o fim do namoro, o acusado passou a procurar a ofendida visando "reatar" o relacionamento. Ocorre que no dia supracitado, tendo em vista mais uma negativa por parte da vítima, o denunciado ameaçou: "vou fazer da sua vida um inferno". No mesmo dia, o acusado telefonou para a genitora da ofendida, e afirmou: "se você for dar parte de mim, ainda hoje a senhora vai ter o corpo da sua filha, pois eu mato, eu mato".

Concluída a instrução criminal, o acusado foi condenado nas sanções do art. 147, c/c o art. 61, inciso II, alínea "f", última parte, do Código Penal, à pena de 04 (quatro) meses de detenção, a ser cumprida em regime aberto. Ante a permissividade do art. 44, § 2º, do CPB, foi substituída a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitos, na modalidade prestação de serviços à comunidade (art. 43, IV, e 46, do CP) e, ainda, nos termos do art. 45, parágrafo único, da Lei nº 11.340/06, ao comparecimento obrigatório, pelo mesmo prazo da pena privativa de liberdade acima fixada, a programas ou cursos de recuperação

Ameaça

Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:
Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Art. 61 - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime:
II - ter o agente cometido o crime:

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

080

e reeducação em instituição a ser designada pela Vara de Execuções de Penas Alternativas (VEPA), conforme sentença de fls. 163/171.

Inconformado, o réu apelou (fls. 174) e, em sucessivo, ofereceu razões recursais (fls. 175/181), alegando, preliminarmente, nulidade processual por incompetência pelo lugar da infração, nos termos do art. 69, I e 70 do CPP, inépcia da denúncia, além da ausência de proposta de suspensão condicional do processo, devendo o magistrado sentenciante permitir a oportunidade de transação penal ao acusado, nulidade da sentença por falta de observância dos arts. 383, 384, 564, III, "m" e IV, do CPP (*emendatio libelli – mutatio libelli – extra petita*), incompetência pela natureza da infração (art. 74, do CPP) e, no mérito, postula a sua absolvição, alegando inexistência de prova para embasar sua condenação pelo crime a si imputado.

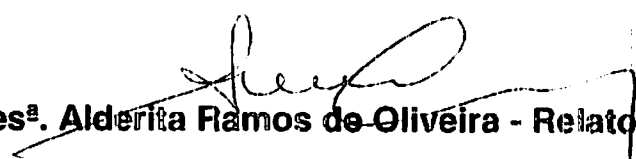
O Representante do Ministério Público respondeu ao apelo (fls. 187/190), rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pela manutenção da sentença açoitada.

Nesta instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Ricardo Lapenda Figueiroa, às fls. 201/206, ofereceu parecer opinando pelo improvimento da apelação.

Está feito o relatório.

À pauta.

Recife, 18 de dezembro de 2009.


Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



081

35

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 194539-1

ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal

COMARCA: Paulista – 2ª Vara Criminal

APELANTE: Hunterlee dos Santos Andrade de Moura

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA: Desª. Alderita Ramos de Oliveira

1ª PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO

Pretende, o recorrente, que seja reconhecida a nulidade absoluta do processo por incompetência pelo lugar da infração, vez que o fato delituoso narrado na denúncia teria ocorrido na cidade do Recife/PE, e o processo foi conhecido, processado e julgado pela 2ª Vara Criminal da Comarca do Paulista.

Alega, o acusado, que o BO (boletim de ocorrência) foi firmado pela 1ª Delegacia da Mulher, situada no bairro de Santo Amaro-Recife/PE, e que o fato ocorreu às 07h:30 na Avenida Governador Agamenon Magalhães, via pública, nas proximidades do Hospital Português, Boa Vista, Recife-PE, sendo latente a nulidade processual por incompetência pelo lugar da infração, nos termos do art. 69, I, e art. 70, do CPP, devendo ser acatada a preliminar para decretar a nulidade dos atos decisórios.

Embora não tenha havido, na peça acusatória, especificação do local onde ocorreu a ameaça, tem-se que o fato delituoso que definiu a competência da Comarca do Paulista/PE ocorreu quando o apelante telefonou para a residência da genitora da vítima, situada no município de Paulista, dizendo que: "se você for dar parte de mim, ainda hoje a senhora vai ter o corpo da sua filha, pois eu mato, eu mato", na mesma data em que a ofendida registrou o BO na 1ª Delegacia da Mulher (18/01/2008 – fls. 07).

Como bem observado pelo douto Procurador de Justiça, no seu judicioso parecer ministerial (fls. 201/206), "temos que a preliminar de nulidade absoluta de incompetência do juízo decorrente da inobservância da regra contida no art. 69, inciso I, c/c o art. 70, ambos do CPP, não deve ser acolhida, pois embora não tenha havido, na denúncia, especificação do local onde ocorreu o fato criminoso, mas apenas a data, a doutrina pátria entende que a competência *ratione loci* é de caráter relativo, admitindo, portanto, ser prorrogada se não houver arguição em momento oportuno que, no Código de Processo Penal encontra-se disciplinado no art. 95, inciso II, c/c o art. 108".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

082

Sobre o assunto, colaciono a doutrina trazida no parecer ministerial (fls. 203), verbis:

"A competência de determinado juiz pode ser determinada de forma absoluta ou relativa. Chama-se competência absoluta aquela que não admite prorrogação. A competência relativa, em contrapartida, é aquela que a admite. A competência de um juízo será absoluta ou relativa de acordo com os critérios que a determinem.

As competências ratione materiae e ratione personae, bem como a funcional, são casos de competência absoluta. Por outro lado, será relativa a competência determinada segundo o critério territorial (ratione loci)."

"embora mencione a lei que a exceção de competência pode ser oposta verbalmente ou por escrito, o comum é que se faça por petição escrita, juntada aos autos, pelo interessado. O momento para argui-la é a primeira oportunidade que a parte possui para manifestar-se nos autos. Logo na maioria dos casos será no instante da defesa prévia. Cumpre ao réu fazê-la em peça separada da defesa prévia, pois a exceção ocorrerá em apenso aos autos principais. A não apresentação da declinatória no prazo implica aceitação do juízo, prorrogando-se a competência quando se tratar de competência territorial, que é relativa..."

Vê-se, pois, que a inércia da defesa, que não alegou a nulidade antes referida no momento oportuno da defesa prévia, permitiu a prorrogação da competência para o juízo da Comarca do Paulista, haja vista que a competência *ratione loci* é de natureza relativa.

Assim, rejeito a preliminar.

2ª PRELIMINAR DE INÉPCIA DA DENÚNCIA

Aduz, o acusado, que a denúncia é contrária ao art. 41, do CPP, uma vez que não demonstra a exposição do fato delituoso, com todas as suas circunstâncias, sendo estes elementos indispensáveis às garantias constitucionais para que se assegure a ampla defesa.

Alega, ainda, que não foi proposta a transação penal, com a conseqüente suspensão do processo, conforme prevê o art. 147, do CP.

Verifica-se que a peça acusatória ostenta os requisitos do art. 41², do Código de Processo Penal, sendo de mezinha sabença que o

² Art. 24. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

Art. 41. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

083

Representante do Parquet possui legitimidade para exercer a acionalidade em comento, a teor do art. 24², do Código de Processo Penal, inexistindo, *in casu*, qualquer causa extintiva da punibilidade do acusado.

Incorre, por outro lado, qualquer das circunstâncias que ensejam a rejeição da denúncia, visto que a espécie não se afeiçoa a nenhuma das hipóteses elencadas no art. 43³, do Estatuto de Ritos.

Verifico que no procedimento inquisitorial foi adotada a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), inclusive com o deferimento de medidas protetivas por parte do magistrado da Comarca do Paulista (processo em anexo – fls. 02/24) que adotou, na instrução do presente feito, as regras estabelecidas na lei acima mencionada, proporcionando ao acusado o direito da ampla defesa. Note-se que a defesa apresentou as alegações finais (fls. 159/162), apreciando as provas constantes dos autos, sem qualquer alegação de prejuízo para o apelante.

Conforme observado pelo Representante do Parquet do 1º Grau nas suas contrarrazões de apelação (fls. 189), *"Neste diapasão, tratando-se de violência doméstica resta afastada a possibilidade de aplicação da Lei 9.099/95 e, conseqüentemente, o direito ao benefício da transação penal ou da suspensão condicional do processo por parte do agressor, conforme dispõe expressamente o art. 41 da Lei 11.340/06"*.

Acresce que eventual nulidade no curso do processo deve ser alegada antes da prolação da sentença. A inércia da defesa torna a questão preclusa.

A esse respeito, é a jurisprudência trazida à colação pelo Procurador de Justiça no seu parecer ministerial (fls. 204), *verbis*:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA ALEGADA APENAS APÓS A PROLAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. PRECLUSÃO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRETENSÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA PARA O CRIME DE FURTO SOB A ALEGAÇÃO DE QUE NÃO RESTOU CONFIGURADA VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA CONTRA A

Art. 43. A denúncia ou queixa será rejeitada quando:

I - o fato narrado evidentemente não constituir crime;

II - já estiver extinta a punibilidade, pela prescrição ou outra causa;

III - for manifesta a ilegitimidade da parte ou faltar condição exigida pela lei para o exercício da ação penal.

Parágrafo único. Nos casos do nº III, a rejeição da denúncia ou queixa não obstará ao exercício da ação penal, desde que promovida por parte legítima ou satisfeita a condição.

JR:GDAR/AC 194539-1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

084

PESSOA. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA DA PENA. PENA-BASE MUITO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE.

I – Resta preclusa a alegação de inépcia da denúncia, se a questão não foi suscitada antes da prolação da sentença. In casu, o suposto vício na exordial acusatória só foi argüido na presente impetração (Precedentes do STF e do STJ).

II – (...).

III – (...).

IV – (...).

V – (...).

Ordem parcialmente conhecida e, nesta parte, concedida. (STJ – HC 105271/PB – Rel. Min. Felix Fischer – 5ª Turma – 23.03.2009)

Assim, rejeito esta segunda preliminar.

3ª PRELIMINAR

Suscita, também, a nulidade da sentença por inobservância dos arts. 383³, 384, 564, III, “m” e IV, do CPP.

Diz, o acusado, que a sentença é nula por ter conferido definição diversa da denúncia, aplicando o art. 16, da Lei nº 11.340/06, realizando a *emendatio libeli*, acarretando julgamento *extra petita*.

Ao aplicar a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), a douta magistrada da 2ª Vara Criminal da Comarca do Paulista não modificou qualquer fato na peça acusatória, tendo, apenas, atribuído definição jurídica convergente com os fatos narrados na denúncia.

Sobre tais argumentos, transcrevo parte do parecer ministerial do douto Procurador de Justiça (fls. 205), *verbis*:

“(...) Ademais, ao contrário do que argumentou o apelante, a magistrada de primeiro grau não poderia aplicar o instituo da mutatio libeli, pois,

³ Art. 383. O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

Art. 384. Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.

Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:

III - por falta das fórmulas ou dos termos seguintes:

m) a sentença;

IV - por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

085

em primeiro lugar, não houve modificação da capitulação, mas sim, mera aplicação de legislação pertinente ao que fora descrito na exordial acusatória; em segundo lugar, o instituto da mutatio libeli foi suprimido pela reforma imposta ao Código de Processo Penal pela Lei nº 11.719/2008. (...)".

Transcrevo, ainda, as contrarrazões de apelação do Representante do Parquet do 1º Grau (fls. 189) sobre o assunto, verbis:

*"(...) Em relação ao possível **emendatio libelli**, a leitura da denúncia demonstra que o fato foi narrado envolvendo a ameaça como sendo uma violência doméstica, aplicando-se o brocardo jurídico **iura novit cúria**, ou seja, cabe ao julgador o dever de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade.*

*Ademais, como é cediço, o acusado se defende do fato narrado na denúncia e não da classificação jurídica constante na mesma, ou seja, mesmo que se entendesse presente a hipótese de **emendatio libelli** não há que se falar em nulidade, haja vista o disposto no art. 383, "caput", do CPP. (...)".*

Diante disso, rejeito a terceira preliminar.

4ª PRELIMINAR

Alega, também, incompetência pela natureza da infração, uma vez que foram aplicadas as disposições da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), sem que houvesse comprovação de que a vítima e o apelante tivessem uma relação de convivência, dependência, afetividade, intimidade ou coabitação.

Consta dos autos que a ofendida e o acusado mantiveram um relacionamento amoroso durante mais de três anos, tendo esta relação terminado contra a vontade do apelante, sendo a causa do crime o rompimento de tal relacionamento, ou seja, a não aceitação do rompimento por parte da vítima.

Destaque-se, ainda, que o acusado no seu interrogatório perante a autoridade judiciária (fls. 131/136), afirmou que manteve um relacionamento amoroso com a vítima durante mais de três anos, tendo a ofendida e a genitora desta efetuado compras no seu cartão de crédito, não merecendo acolhimento a alegação da defesa de que o relacionamento entre ambos foi transitório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

086

Ademais, como bem observado pelo Ministério Público de 1ª Instância nas suas contrarrazões de apelação (fls. 188), *"Para a configuração da relação íntima de afeto entre agressor e vítima que caracteriza a Lei Maria da Penha, a coabitação é desnecessária como requisito, conforme tão bem ilustrado pelo seguinte julgado:*

"EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. EX-NAMORADOS. NÃO APLICAÇÃO DA LEI 11.340/2006. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.

1. Apesar de ser desnecessária à configuração da relação íntima de afeto a coabitação entre agente e vítima, verifica-se que a intenção do legislador, ao editar a Lei Maria da Penha foi de dar proteção à mulher que tenha sofrido agressão decorrente de relacionamento amoroso, e não de ligações transitórias, passageiras.

2. (...).

3. Conflito conhecido para declarar-se competente o Juízo de Direito do Juizado Especial Criminal de Conselheiro Lafaiete/MG, o suscitado". (Acórdão STJ – CC 95057/MG – Rel. min. Jorge Mussi – 3ª Seção – Dje 13.03.09)".

Isto posto, rejeito esta quarta preliminar.

VOTO - MÉRITO

Cuida-se de recurso apelatório onde o acusado pugna pela sua absolvição, argumentando que inexistente prova a embasar sua condenação.

A autoria, bem como a materialidade do delito, encontram-se demonstradas pelos depoimentos da vítima e das testemunhas ouvidas na fase inquisitorial e em juízo.

Muito ao revés do que alega o apelante, o conjunto probante dos autos aponta para a existência do crime de ameaça cometido pelo mesmo.

Ao ser inquirido perante a autoridade policial (fls. 11/12), e em juízo (fls. 131/136), o acusado negou as ameaças, mas afirmou ter procurado a jovem no trabalho, tendo a mesma, após uma breve discussão, subido no ônibus e deixado a bolsa com ele, seguindo viagem sem passagem, mas ele, incontinenti, sem vasculhar a bolsa, fez entrega da mesma ao seu genitor que a entregou à tia da ofendida.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

087

A vítima Julia Adrielle Barboza da Fonseca, ao ser interrogada perante a autoridade policial (fls. 14/15), afirmou:

"(...) Que começou a namorar o Sr. Hunterlee dos Santos Andrade de Moura no dia 03/12/2004, e durante esse período foi agredida fisicamente pelo namorado uma vez, com puxões de cabelo, o que ocorreu no mês de julho/2007; (...); que no tocante as ameaças, a declarante esclarece que o seu ex-namorado teria ligado para o telefone celular de sua genitora, e disse para a mesma o seguinte: SE VOCÊ FOR PRESTAR QUEIXA DE MIM, VOCÊ VAI ENCONTRAR O CORPO DE SUA FILHA AINDA HOJE; que esclarece que no dia 18 do corrente mês, seu ex-namorado teria ido ao local de trabalho da declarante e passou a insistir que queria sair pela última vez com a declarante, para tentar uma reconciliação, o que não foi aceito por ela declarante, tendo o seu ex-namorado lhe dito o seguinte: VOCÊ TEM TRÊS OPÇÕES, OU VOCÊ SAI COMIGO, OU APLICA ALGUMA COISA NA MINHA VEIA PARA EU MORRER, OU EU VOU FAZER DA SUA VIDA UM INFERNO; (...)"

Em juízo (fls. 109/111), a mesma ratificou suas declarações prestadas na fase inquisitorial, quando asseverou:

"(...) Que trabalhou a noite e quando largou pela manhã o acusado estava na frente do hospital, pedindo para que a declarante subisse na moto para conversarem, mas a declarante negou-se a subir na moto; que o acusado estava aparentemente transtornado e disse que a declarante tinha três alternativas: ou voltava para ele ou aplicava alguma coisa na veia dele para matá-lo, ou ele ia fazer da vida da declarante um inferno; (...); que seus colegas de trabalho Marcos Aurélio e Lucia iam largando também do hospital e viram o acusado conversando; que o acusado disse que a declarante queria aparecer, e seus amigos disseram que deixasse a declarante, pois ela não queria conversa e o acusado puxou a declarante e seus amigos lhe seguraram, dizendo que o acusado não ia levar a declarante, e ele então levou a bolsa da declarante na moto e foi embora; que assim que o acusado levou a sua bolsa, a declarante voltou para o hospital chorando e ligou para sua mãe; que sua mãe então ligou para o acusado e disse para entregar a bolsa e o acusado disse que só entregaria a bolsa para a declarante e que sua mãe dissesse onde a declarante estava; que sua mãe negou-se a dizer e disse ao acusado que aquilo que ele tinha feito era roubo e que iria prestar uma queixa; que foi então que o acusado disse que se a mãe da declarante prestasse queixa, ainda naquele mesmo dia iria encontrar o corpo da declarante; (...); que a ameaça a sua mãe, feita por telefone, foi presenciada por sua tia Dircilene, pois sua mãe, ao ouvir a ameaça, ficou nervosa, soltou o telefone e disse "você não vai matar ela não", e sua tia pegou o telefone; (...)"



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

088

Maria de Fátima Barbosa, genitora da vítima, quando inquirida na fase inquisitorial (fls. 22/23), asseverou:

"(...) Que no dia 18/01/08, por volta das 07h30, a declarante se acordou com o toque do seu aparelho celular, e ao atendê-lo, sua filha Julia, em prantos, lhe contou que teria sido abordado pelo ex-namorado o Sr. Hunterlee, no local de trabalho (Real hospital Português), e tomado sua bolsa, e em tom de ameaça, pediu para conversar com a mesma, com fins de reconciliação, o que não foi aceito pela sua filha Julia, tendo o HUNTERLEE dito para a mesma o seguinte: VOCÊ SÓ TEM TRÊS OPÇÕES, OU SAIA COM ELE, OU DAVA UMA INJEÇÃO NA VEIA DELE PARA ELE MORRER, OU A VIDA DELA (JULIA) IRIA VIRAR UM INFERNO; que esclarece que no mesmo dia, por volta das 08h, ela declarante recebeu outro telefonema, desta vez quem ligou foi o ex-namorado de sua filha o Sr. HUNTERLEE, o qual lhe disse o seguinte: "SE A SENHORA FOR DAR PARTE DE MIM, AINDA HOJE A SENHORA VAI TER O CORPO DA SUA FILHA, POIS EU MATO, EU MATO"; que tal fato foi por conta de que a amiga da declarante teria ligado para o Sr. HUNTERLEE, e dito que a declarante iria dar parte na polícia contra ele; (...)".

Em juízo (fls. 111/113), a genitora da vítima ratificou as declarações prestadas no inquérito e confirmou:

"(...) Que então Julia ligou para a declarante chorando, desesperada e contando todo o fato; que então sua amiga Dircilene, que mora com a declarante, ligou para o acusado dizendo que estava indo para a delegacia prestar queixa, porque o acusado tinha levado a bolsa de Julia e tinha feito ela passar constrangimento no meio da rua; que depois desligou e ligou para o pai do acusado dizendo tudo; que nesse tempo, o acusado ligou para o celular, e Lais atendeu, e o acusado disse que queria falar com a declarante; que o acusado então disse a declarante por telefone que se a declarante prestasse queixa, ia ver o corpo da sua filha ainda naquele dia; que a declarante então começou a gritar "você não vai matar ela não" e o acusado gritou umas quatro vezes "mato, mato"; (...)".

Dircilene Maria de Souza, testemunha do delito narrado na denúncia, na fase inquisitorial (fls. 20/21), declarou:

"(...) Que no dia 18/01/08, por volta das 07h30, a declarante que reside na casa da vítima destes autos, presenciou quando a mãe de Julia, a Sra. Maria de Fátima, se acordou com o toque do seu aparelho celular, e ao atendê-lo, sua filha Julia, em prantos lhe contou que teria sido abordado pelo ex-namorado o Sr. HUNTERLEE, no local de trabalho (real hospital português), e tomado sua bolsa, e em tom de ameaça, pediu para conversar com a mesma, com fins de

10



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

089

reconciliação, o que não foi aceito pela sua filha Julia, tendo o HUNTERLEE dito para a mesma o seguinte: "VOCE SÓ TEM TRÊS OPÇÕES, OU SAIA COM ELE, OU DAVA UMA INJEÇÃO NA VEIA DELE PARA ELE MORRER, OU A VIDA DELA (JULIA) IRIA VIRAR UM INFERNO"; que tais informações lhe foram repassadas depois do telefonema pela mãe de Julia, e que esclarece que no mesmo dia por volta das 08h, a mãe de Julia, recebeu outro telefonema, desta vez quem ligou foi o ex-amorado de sua filha o Sr. HUNTERLEE, o qual lhe disse o seguinte: "SE A SENHORA FOR DAR PARTE DE MIM, AINDA HOJE A SENHORA VAI TER O CORPO DA SUA FILHA, POIS EU MATO EU MATO"; que tal fato foi por conta de que a depoente teria ligado para o Sr. HUNTERLEE, e dito ao mesmo que trouxesse a bolsa de Julia para a casa dela, pois em caso contrário iriam prestar queixa na polícia contra ele, sob acusação de roubo; (...)"

Em juízo (fls. 113), a mesma testemunha confirmou suas declarações prestadas na fase inquisitorial, e asseverou:

"(...) Que quando a mãe de Julia atendeu estava muito próxima da depoente e o acusado disse para a mãe de Julia que se ela prestasse queixa contra ele, ia ter o corpo de sua filha ainda naquele dia; que Fátima repetia no telefone em prantos, que o acusado não ia matar a filha dela, e ele repetiu por duas vezes "eu mato, eu mato"; que quando Fátima levantou-se para falar com a depoente, não conseguiu nem falar e já caiu desmaiada; (...); que quando o acusado ameaçou a mãe de Julia a depoente não ouviu, porque o celular não estava no viva-voz, mas escutou ela repetindo "você não mata minha filha" e viu o estado que ela ficou; que quando Fátima conseguiu levantar-se e se acalmar um pouco, ela contou que o acusado disse que se ela prestasse queixa, iria ter o corpo de sua filha naquele dia; (...)"

As testemunhas Marcus Aurélio Araújo de Souza e Maria Lúcia do Nascimento, ao serem inquiridas em juízo (fls. 124/126 e 130), ratificaram as declarações prestadas pelas demais testemunhas, alegando que tiveram conhecimento de que o acusado ligou para a genitora da ofendida e ameaçou Julia de morte.

Por outro lado, as testemunhas arroladas pela defesa (fls. 126/129) não trouxeram aos autos qualquer fato ou circunstância essencial ao deslinde da controvérsia em comento.

Vê-se, pois, que existe compatibilidade entre as palavras da vítima e das testemunhas arroladas pela acusação, constituindo relevante esteio para a elucidação dos fatos, razão pela qual não merece crédito a alegação do réu de que inexistem meios lícitos de prova capaz de sustentar a tese da denúncia.



090

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Forçoso é concluir que está suficientemente provada a existência do fato para a condenação acoimada, o que afasta a absolvição vindicada no presente apelo, porquanto a pretensão do apelante não se afeiçoa às hipóteses previstas no art. 386, do CPP.

Ante o expendido, e em consonância com o parecer ministerial, nego provimento ao apelo, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos.

Recife, 09 de Fevereiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora